



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125438 - GO (2020/0077905-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : FABIO CAMILO LELES JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

FABIO CAMILO LELES JUNIOR alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no Habeas Corpus n. 5013980.05.2020.8.09.0000.

Na presente insurgência, o recorrente sustenta que sua prisão preventiva foi decretada pelo suposto cometimento de delitos punidos com detenção, assim como o respectivo decreto é carente de fundamentação idônea para tanto.

Aduz ser suficiente e adequado ao caso a aplicação de cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva ou a concessão de liberdade provisória.

Decido.

Infere-se dos autos que o insurgente foi preso em flagrante, em 24/12/2019, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 306 do CTB, 136 do CP, além do descumprimento de medida protetiva fixada em favor de sua ex-companheira.

O Magistrado de origem, na decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, destacou que "a colocação do autuado em liberdade colocara em risco a vida da sua ex companheira T. C. P., que inclusive, tem medidas protetivas deferidas em seu favor [...]" (fl. 120).

Acrescentou que seu encarceramento é autorizado pelo descumprimento de

medidas protetivas fixadas, "para assegurar a aplicação da lei penal e **para a garantia do maior bem jurídico hoje tutelado, qual seja, a vida**" (fl. 120, destaquei).

O descumprimento de medidas protetivas pode justificar a decretação da prisão preventiva, conforme já externado por esta Corte Superior. Confira-se:

[...]

III - Na hipótese, **o decreto prisional se encontra devidamente fundamentado** em dados concretos extraídos dos autos, a evidenciar a necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista o **descumprimento de medida protetiva de urgência anteriormente estabelecida**. Assim, **nos termos do art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal, constitui motivo suficiente para embasar a segregação cautelar** (precedentes).

[...]

Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 425.174/MG, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 14/3/2018, destaquei)

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração, em especial de notícias atualizadas e pormenorizadas acerca do andamento do processo.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ